

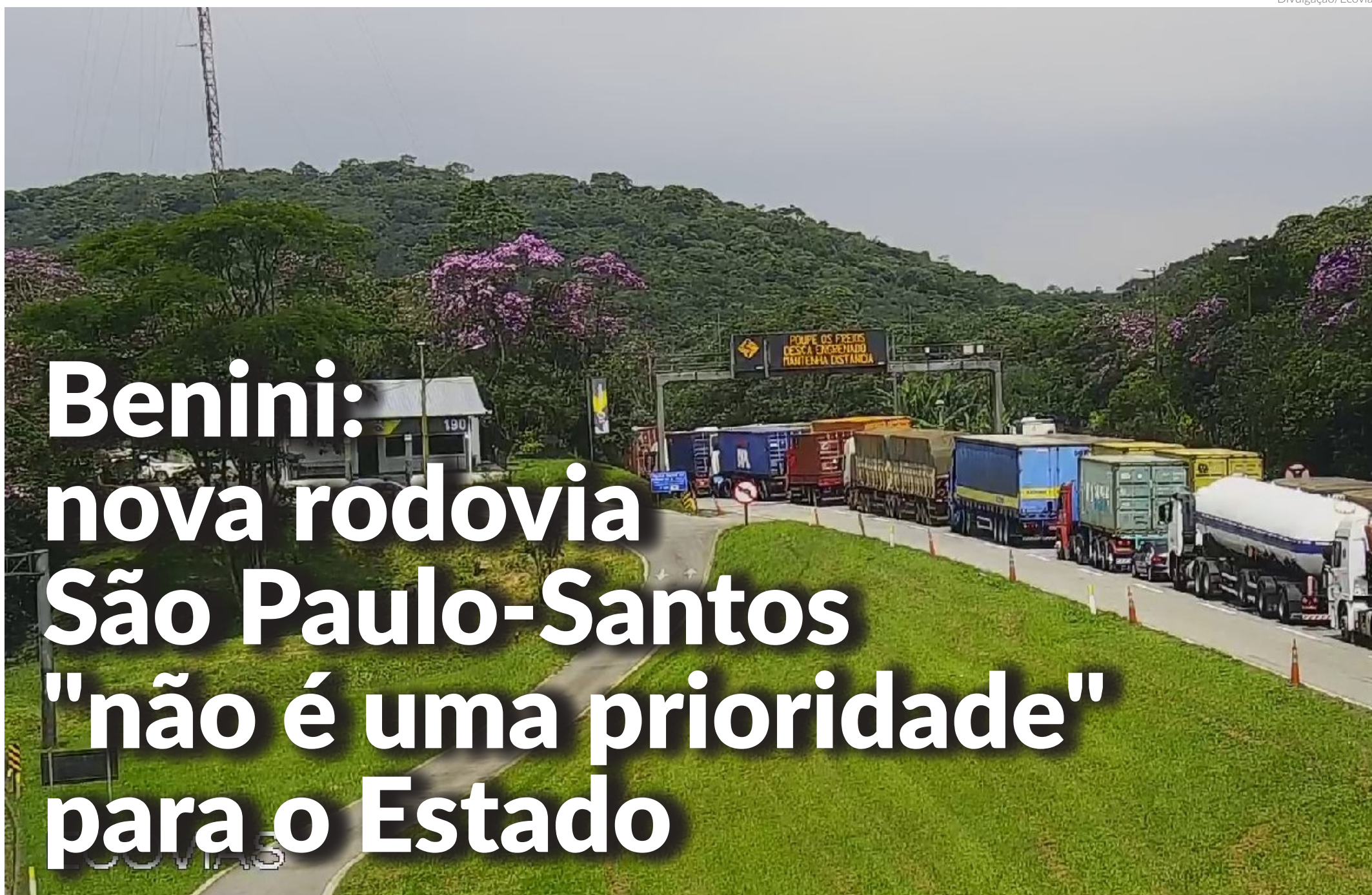


portalbenews.com.br

ITAJAÍ Resultado oficial da licitação do complexo catarinense é adiado para outubro ► **p5**

CABEDELO Após conclusão de dragagem do canal, porto paraibano volta a exportar açúcar ► **p5**

Divulgação/Ecovias



Benini: nova rodovia São Paulo-Santos "não é uma prioridade" para o Estado

Secretário estadual de Parcerias em Investimentos falou sobre empreendimento viário em reunião com autoridades e lideranças do setor, durante visita à Baixada Santista ► **p6**

Reprodução/Instagram/Silvio Costa Filho



PORTO DE SANTOS
Ministro diz que tendência é manter Pomini na APS.
Costa Filho visita complexo marítimo hoje
► **p3**

AVIAÇÃO CIVIL Ministro confirma permanência de Juliano Noman à frente da Secretaria Nacional ► **p4**

FERROGRÃO STF suspende por seis meses processo que questiona construção da ferrovia ► **p4**

FREE FLOW Referência no uso do sistema de pedágio, Portugal auxilia Brasil a implantar tecnologia ► **p7**

EDITORIAL

Modernização rodoviária

A iniciativa do Brasil de aproveitar a experiência de Portugal para a implantação de pedágios free flow nas rodovias nacionais é um passo importante em direção à modernização do sistema rodoviário do País. Sob a liderança do ministro dos Transportes, Renan Filho, que anunciou a parceria luso-brasileira nessa quarta-feira, dia 20, essa busca por inovação promete trazer benefícios substanciais para motoristas e para a infraestrutura de transporte nacional.

O sistema free flow, já adotado com sucesso em Portugal, representa um avanço significativo na maneira como as rodovias podem ser gerenciadas e como os pedágios podem ser cobrados. Nesse sistema, os veículos não precisam parar para pagar o pedágio, o que não apenas reduz o tempo de viagem, mas também aumenta a fluidez do tráfego nas estradas.

A tecnologia free flow funciona identificando automaticamente a placa do veículo por meio de sensores e câmeras, eliminando a necessidade de praças de pedágio. A cobrança é feita com base na distância percorrida, o que pode levar a uma redução nas tarifas para os motoristas. Além disso, essa tecnologia é ambientalmente amigável, pois reduz as emissões de gases poluentes, uma vez que os veículos não precisam parar e acelerar repetidamente.

A adoção do free flow é um exemplo de como a tecnologia pode ser usada para melhorar a vida das pessoas e o meio ambiente. Também é uma medida importante para enfrentar as mudanças climáticas e promover a sustentabilidade. Como observou o secretário-executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro, os projetos de infraestrutura devem considerar o impacto que têm nas pessoas e no meio ambiente, e a tecnologia free flow faz exatamente isso.

Além do free flow, outras inovações, como a introdução de carros elétricos e energias alternativas, estão sendo exploradas. Essas iniciativas não apenas modernizam o sistema rodoviário, mas também contribuem para a descarbonização e para um futuro mais sustentável.

A secretária nacional de Transporte Rodoviário, Viviane Esse, enfatizou a importância de sinalizar a adoção do free flow nas rodovias brasileiras para atrair mais empresas que trabalham com essa tecnologia para o País. Isso não apenas trará maiores concorrência e inovação, mas também melhorará a qualidade dos serviços rodoviários oferecidos aos cidadãos.

Em resumo, a busca do Brasil por tecnologias avançadas nas rodovias, como o free flow, é um passo louvável em direção a um sistema de transporte mais eficiente, econômico e sustentável. Espera-se que essa iniciativa seja implementada com sucesso e que outras inovações tecnológicas sejam exploradas para melhorar ainda mais a infraestrutura rodoviária e a qualidade de vida de todos os brasileiros.

NESTA EDIÇÃO



▲ MANCHETE

- 6 Nova rodovia São Paulo-Santos “não é prioridade” para o Estado, diz Benini

HUB

- 3 “Natália é uma secretária que fala difícil e, às vezes, nem ela entende”, diz secretário de Parcerias em Investimento do Governo de São Paulo

NACIONAL

- 3 Ministro visita Porto de Santos hoje e diz que tendência é manter presidente da APS
- 4 Juliano Noman permanece na Secretaria Nacional de Aviação Civil

STF suspende por seis meses processo que questiona Ferrogrão

REGIÃO SUL

- 5 Resultado oficial da licitação do Porto de Itajaí é adiado para outubro

REGIÃO NORDESTE

- 5 Porto de Cabedelo volta a exportar açúcar após mais de 10 anos

PORTUGAL

- 7 Referência no uso do free flow, Portugal auxilia Brasil a implantar tecnologia

portalbenews.com.br



Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar,
São Paulo, São Paulo
01404-200, BR

Sucursal Brasília
SRTVS Quadra 701, bloco O, nº 110
Edifício Multiempresarial, sala 520, Bairro Asa Sul
Brasília, Distrito Federal
70340-000, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, Sala 11
Santos, São Paulo
11013-919, BR

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Marcio Delfim

Diretora Administrativo-financeira
Jacyara Lima

Diretor de Redação
Leopoldo Figueiredo

Editor
Alexandre Fernandes

Equipe de reportagem
Cássio Lyra, Marília Sena,
Vanessa Pimentel e Vitória Malafati

Diretora de Arte
Mônica Petroni Mathias

Assistente de Arte
Paulo José Ribeiro

FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@portalbenews.com.br

INSCREVA-SE

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br

PUBLICIDADE

atendimento@portalbenews.com.br

 (11) 91615.1200

**“Fala difícil” 1**

A secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo, Natália Resende, ocupa uma das pastas mais estratégicas na gestão do governador Tarcísio Gomes de Freitas. Muitas vezes, é chamada carinhosamente de super secretária, diante do volume de responsabilidades. Ontem, porém, os comentários a seu respeito foram de outra natureza. E partiram de seu colega, o secretário de Parcerias em Investimentos, Rafael Benini.

“Fala difícil” 2

Nesta segunda-feira, dia 20, Benini esteve em Santos e se reuniu com autoridades e lideranças empresariais locais. No encontro, foi questionado sobre o projeto de uma nova rodovia ligando a Grande São Paulo ao Porto de Santos. Como informa reportagem publicada nesta edição do BE News, ele respondeu que tal obra não era “uma prioridade” para o Governo do Estado. Um dos presentes no encontro comentou que secretários como Natália Resende e Jorge Lima (Desenvolvimento Econômico) já tinham sido inquiridos sobre o mesmo empreendimento. Foi quando Benini respondeu: “Natália é uma secretária que fala difícil e, às vezes, nem ela entende”.

Mudança 1

O diretor de Infraestrutura da Autoridade Portuária de Santos (APS), o engenheiro Carlos Eduardo Bueno Magano, foi desligado da empresa nessa quarta-feira, dia 20. Respeitado pelo setor empresarial e ocupando uma das diretorias mais importantes da companhia, ele permaneceu no posto por cinco meses, tendo atuado no projeto de reavaliação do túnel entre as duas margens do canal do Porto. A ordem para sua saída veio direto do Ministério de Portos e Aeroportos e já foi homologada pelo conselho de administração da APS, presidido pela nova secretária nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Mariana Pescatori.

Mudança 2

A diretoria passa a ser comandada pelo engenheiro Orlando de Almeida Razões, que atuava como superintendente de Engenharia da Autoridade Portuária. Funcionário de carreira, ele está há 12 anos na empresa, já tendo ocupado os cargos de supervisor, gerente de Obras e gerente de Projetos e Fiscalização.

Mudança 3

A mudança ocorreu na véspera da visita do ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, ao cais santista. Sua agenda no complexo marítimo começa especificamente com reuniões com a diretoria da APS, nesta manhã.

Ministro visita Porto de Santos hoje e diz que tendência é manter presidente da APS

Em entrevista, Sílvio Costa Filho afirma que a ideia do Ministério é melhorar a governança do complexo portuário



Divulgação

O ministro Sílvio Costa Filho disse reconhecer que alguns empreendimentos já estão encaminhados e reforçou a necessidade do diálogo para as melhorias no Porto de Santos

MARÍLIA SENA
marilia@portalbenews.com.br

O ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, afirmou nesta quarta-feira, 21, que a tendência é que o presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, permaneça no cargo. Ele classificou Pomini como um quadro técnico que “está muito bem posto pelos servidores” e que possui “credibilidade no mercado financeiro”. As declarações foram feitas em entrevista à jornalista Miriam Leitão na Globo News. O ministro visita o Porto de Santos nesta quinta-feira, 21. Ele ressaltou que pretende “melhorar a

governança” do maior terminal da América Latina e descartou novamente a possibilidade de desestatização, pelo menos em um primeiro momento. “A decisão de privatização é do Governo, e a orientação do presidente Lula é pela não privatização”, apontou.

“O que nós vamos fazer é melhorar a governança do Porto de Santos, fazendo investimentos em infraestrutura, em dragagem, requalificação da estrutura, melhorando a mobilidade para os caminhões poderem chegar ao próprio Porto de Santos”, disse o ministro.

Costa Filho disse reconhecer que alguns empreendimentos já estão encaminhados e reforçou a necessidade do diálogo para as melhorias no porto. “Já tem muita obra em anda-

mento, já tem um conjunto de ações de projetos que precisam ser analisados e avançar e a gente quer fazer um movimento de manter a agenda de fato para fazer com que as ações aconteçam”, disse.

O presidente da APS, Anderson Pomini, esteve em Brasília na última semana e informou ao BE News sobre as tratativas para permanecer à frente da Autoridade Portuária. Ele compareceu à cerimônia de posse de Sílvio Costa Filho.

“Nós estamos conversando [...] existe uma possibilidade de ficarmos, há um interesse do Republicanos e do ministro Silvinho pela nossa continuidade. Nós precisamos tentar encontrar a calibragem dessa eventual continuidade”, afirmou Pomini na ocasião.

Galeão

O ministro Sílvio Costa Filho anunciou que tem um encontro marcado com o prefeito do Rio

de Janeiro no próximo dia 2 para tratar sobre a situação do Aeroporto Internacional do Galeão. A queda nos números na movimentação de passageiros preocupa as autoridades fluminenses.

Como medida para alavancar a economia do local, o ex-ministro Márcio França assinou um decreto com o presidente Lula para que os voos direcionados ao aeroporto Santos Dumont fiquem restritos, a partir de 2 de janeiro de 2024, a um perímetro de 400 quilômetros. Na rota, ficaram mantidas a ponte-aérea Rio-SP via aeroporto de Congonhas e voos saindo de Belo Horizonte.

De acordo com Sílvio Costa Filho reuniões com as companhias aéreas já estão sendo feitas para solucionar a situação do aeroporto. O intuito é construir uma proposta para os próximos cinco ou 10 anos.

“O fato é que o Galeão é fundamental para o Brasil. Ninguém pode contar a história do Rio sem falar em Vinícius de Moraes, Tom Jobim e no Galeão. Então será uma prioridade nossa, essa orientação do presidente Lula, para estabelecer mais voos para lá e menos para o Santos Dumont”, completou Sílvio Costa Filho.



Sílvio Costa Filho também falou sobre o Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, e revelou que já estão sendo feitas reuniões com as companhias aéreas para solucionar a situação

NACIONAL

Juliano Noman permanece na Secretaria Nacional de Aviação Civil

Decisão foi anunciada pelo ministro de Portos e Aeroportos, que quer ampliar diálogo com companhias aéreas

MARÍLIA SENA
marilia@portalbenews.com.br

O novo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, anunciou nesta quarta-feira, 20, que o secretário nacional de Aviação Civil, Julio Noman, vai permanecer na estrutura do Ministério durante a sua gestão. Noman foi nomeado para o cargo em abril deste ano.

“Nós queremos, ao lado dele, ampliar o diálogo institucional com as companhias aéreas, nacionais e internacionais, e vamos intensificar a agenda de voos low cost. Além disso, vamos manter um amplo diálogo com a Infraero, para fortalecer a aviação regional, melhorando a infraestrutura aeroportuária no país”, destacou Costa Filho.

Anteriormente, Noman foi diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) por mais de dois anos e já ocupou outros cargos impor-



Juliano Noman foi nomeado secretário de Aviação Civil em abril deste ano e falou sobre o orgulho por ter sido o primeiro servidor a ocupar os cargos de diretor e presidente da Anac

tantes no próprio órgão, como o de superintendente de Regulação Econômica e Acompanhamento de Mercado.

“Eu me orgulho de ter sido o primeiro servidor da Anac a ser diretor e presidente. Estou convicto que muitos outros trilharão esse mesmo caminho”,

afirmou o secretário nacional de Aviação Civil.

A presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear) comentou a decisão do ministro Silvio Costa Filho. Jurema Monteiro afirmou que ficou “muito feliz e satisfeita” pela manutenção do secretário.

“É um profundo conhecedor do setor aéreo, sabe os pontos principais da nossa agenda para alavancar o desenvolvimento do setor no Brasil, tem sido muito parceiro e a gente renova a nossa disponibilidade de contribuir com ele e com o ministro Silvio para o desenvol-

vimento do setor aéreo no país”, apontou Jurema Monteiro.

Preços das passagens

Nesta quarta-feira, o ministro Silvio Costa Filho recebeu o CEO da Latam Airlines Brasil, Jerome Cadier, para deliberar sobre a necessidade de buscar novas alternativas para baratear as passagens aéreas no país.

Esta é a segunda vez que o ministro trata publicamente do tema com o executivo da companhia aérea. No último dia 13, data de sua posse no Ministério, ele foi chamado no Palácio do Planalto para uma reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Jerome Cadier.

Costa Filho já confirmou que deseja dar seguimento ao programa “Voa Brasil”, proposto pelo ex-ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França. A medida visa oferecer voos domésticos a R\$ 200 para determinados grupos como estudantes, aposentados e servidores públicos.

STF suspende por seis meses processo que questiona Ferrogrão

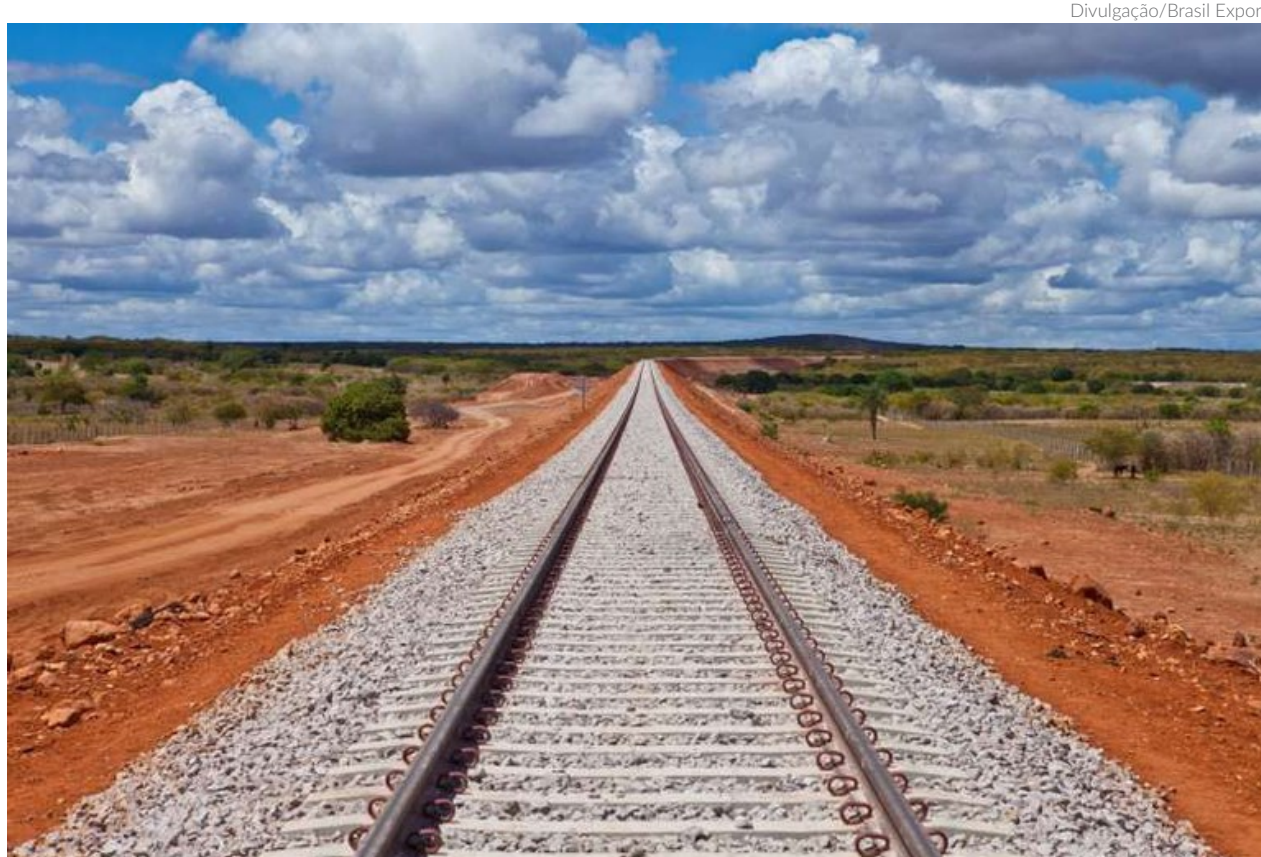
Projeto da ferrovia prevê conexão entre Pará e Mato Grosso, mas passa por área de conservação

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

O Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu por seis meses o processo que questiona a constitucionalidade da construção da ferrovia Ferrogrão (PA-MT), já que foi preciso alterar os limites do Parque Nacional do Jamanxim (PA) para que a ferrovia possa ser implantada.

Na decisão, proferida na terça-feira (19), o Supremo determinou a suspensão do processo até que os estudos e atualizações sugeridas sejam concluídos. A corte afirmou que acatou o pedido de suspensão devido a avanços no diálogo e propostas consensualizadas pelos interessados no âmbito do Centro de Soluções Alternativas de Litígios (Cesal), que está com o caso.

O Cesal é um órgão do STF



A Agência Nacional de Transportes Terrestres estima que seriam necessários R\$ 8,26 bilhões em investimento feito pela iniciativa privada para construir o Ferrogrão

que busca soluções consensuais de questões jurídicas e presta auxílio na resolução dos litígios estruturais e demandas complexas da competência da Suprema Corte.

Se sair do papel, a ferrovia de 933 km ligará o Porto de Miri-

tituba (PA) ao município de Sinop (MT), visando o escoamento de grãos.

O imbróglio envolvendo a Ferrogrão começou quando o ex-presidente Michel Temer publicou uma medida provisória, transformada em lei em

2020, que alterou os limites do Parque Nacional do Jamanxim, no oeste do Pará, para viabilizar a construção da ferrovia.

Com isso, 862 hectares foram retirados do parque e destinados aos leitos e às faixas de domínio da Ferrogrão da BR-

163 - atualmente uma das principais rotas de escoamento da produção agropecuária.

Então, o partido PSOL entrou com ação direta de inconstitucionalidade contra a lei, questionando a alteração nos limites do Parque Nacional. O processo segue ainda sem consenso.

O projeto da Ferrogrão, que é do governo Dilma Rousseff, foi incluído no Novo PAC no mês passado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) estima que seriam necessários R\$ 8,26 bilhões em investimento para construir a ferrovia. Os recursos seriam injetados pela iniciativa privada e o prazo de concessão seria válido por 69 anos.

A ideia é que a ferrovia se torne um importante corredor logístico para transporte de cargas, reduzindo em até 40% o preço do frete e equilibrando a matriz de transporte que, nessa região, é feito por caminhões pela BR-163.

REGIÃO SUL

Resultado oficial da licitação do Porto de Itajaí é adiado para outubro

Comissão da Antaq divulgou que serão necessárias novas diligências nos documentos da empresa vencedora

CÁSSIO LYRA
cassio@portalbenews.com.br

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) adiou para o mês de outubro a definição de qual empresa vai assumir a operação de contêineres no Complexo Portuário de Itajaí, em Santa Catarina. O anúncio oficial da empresa que fez a melhor proposta na etapa de classificação do edital de arrendamento transitório estava marcado para terça-feira (19).

De acordo com decisão da presidente da Comissão de Concessões e Arrendamentos Portuários da agência, Patrícia Póvoa Gravina, a definição foi adiada devido à necessidade de realizar diligências adicionais para análise dos documentos de habilitação da proponente melhor classificada na licitação, a MMS Empreendimentos.

Com a decisão, a definição



A MMS fez a melhor proposta para operação temporária por dois anos no Porto de Itajaí, durante sessão pública da Antaq, realizada no último dia 13, em Brasília, na sede da agência

da nova empresa que irá atuar nos berços 1 e 2 em Itajaí ficou para o dia 2 de outubro. Seguindo o cronograma da Antaq, a abertura de prazo para apresentação de recursos ocorrerá no dia 3 e, por fim, no dia 5, se encerra o processo licitatório.

Ligada à BRF e Marfrig,

duas gigantes no setor de alimentos e grandes exportadoras de produtos congelados, a MMS fez a melhor proposta para operação temporária por dois anos no Porto de Itajaí, durante classificação em sessão pública da Antaq, realizada no último dia 13, em Brasília, na sede da agência.

A empresa fez uma oferta em relação à Movimentação Mínima Exigida (MME) mensal de 66.600 TEU (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés). Ao todo, sete empresas apresentaram propostas para operar no complexo portuário.

A área do terminal, de-

nominada "Área A", possui 79.946,42 m² e compreende os berços 1 e 2, destinados à movimentação e armazenagem de contêineres, sendo constituída pelos terrenos nos quais serão implantados os equipamentos e edificações.

Durante os dois anos de contrato de arrendamento transitório, o Governo Federal planeja lançar o edital definitivo para o arrendamento dos quatro berços do Porto de Itajaí à iniciativa privada. O arrendamento definitivo será de 35 anos.

Visita

Na última sexta-feira (15), uma comitiva da MMS Empreendimentos visitou o Porto de Itajaí, onde se reuniu com a diretoria. No encontro, os executivos revelaram o interesse de operadores do setor portuário da China para criar parcerias com Itajaí, visando a movimentação de cargas.

REGIÃO NORDESTE

Porto de Cabedelo volta a exportar açúcar

Após conclusão da dragagem, porto passa a movimentar carga que antes saía pelos complexos de Pernambuco

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

Depois de mais de 10 anos, o Porto de Cabedelo (PB), voltou a embarcar açúcar, carga que até então seguia para os portos do Recife (PE) e Suape (PE). A operação, iniciada nesta quarta-feira (20), prevê a exportação de 20 mil toneladas de açúcar demerara nos próximos dias, divididos em dois embarques de 10 mil toneladas, rumo à África. A carga é da Japungu Agroindustrial, com sede em Santa Rita (PB).

A operação foi retomada após investimentos feitos pelo Governo da Paraíba, que incluíram reformas nos armazéns e a dragagem do canal de acesso, aumentando a profundidade de 9,14 metros para 11 metros. As obras foram entregues no últi-



A operação em Cabedelo prevê a exportação de 20 mil toneladas de açúcar demerara nos próximos dias, divididos em dois embarques de 10 mil toneladas, rumo à África

mo dia 11 e podem abrir novas possibilidades para o complexo portuário paraibano.

O açúcar foi armazenado no recém-inaugurado Armazém 7 e a responsável pelas operações é a empresa Marlog, do Grupo Marajó. O empresário Arlan Rodrigues, presidente do

grupo, explicou que o embarque do açúcar ensacado demanda mais trabalhadores que a operação com granéis sólidos, o que acaba fortalecendo a mão-de-obra local e os trabalhadores portuários avulsos, impactando positivamente cerca de 150 famílias.

Agora, o porto espera que esta primeira operação atraia outras empresas produtoras de açúcar no estado da Paraíba. No ano passado, o segmento exportou 13 mil toneladas do produto por outros portos e em 2023 já contabiliza mais de 35 mil toneladas, que acabaram

sendo escoadas por outros complexos.

Melhorias

O aprofundamento do canal de acesso e da bacia de evolução do Porto de Cabedelo foi entregue na última segunda-feira (11), permitindo que navios carregados com até 55 mil toneladas operem no complexo. Antes, o porto só recebia embarcações com até 35 mil toneladas e dependia da alta da maré.

O investimento foi de R\$115 milhões, oriundo de recursos do Estado. A obra foi iniciada no ano passado com o objetivo de aumentar a profundidade do canal de 9,14 metros para 11 metros e a largura da bacia de evolução (área de manobra dos navios), que ficou com 300 metros de largura.

O novo calado permitirá um crescimento de até 57% na capacidade de movimentação de cargas do complexo portuário.

NACIONAL

Nova rodovia São Paulo-Santos “não é prioridade” para o Estado, diz Benini

Secretário estadual debateu empreendimento viário em reunião com autoridades e lideranças do setor ontem, durante visita à Baixada Santista

Divulgação/Ecovias



Diante dos frequentes congestionamentos nas estradas do Sistema Anchieta-Imigrantes, autoridades e empresários do Porto de Santos defendem a construção de uma nova rodovia ligando o complexo marítimo à capital paulista

CÁSSIO LYRA
cassio@portalbenews.com.br

O secretário de Parcerias em Investimentos (SPI) do Estado de São Paulo, Rafael Benini, disse nesta quarta-feira (20) que uma nova ligação rodoviária entre São Paulo e Santos “não é uma prioridade” para o Governo Estadual. Apesar dessa posição, a necessidade de uma nova via, pensando especialmente no Porto de Santos (SP), é vista como primordial para autoridades e lideranças do setor portuário.

Uma nova ligação entre a Grande São Paulo e o Porto de Santos, o principal complexo marítimo do Brasil, foi uma promessa de campanha do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), que já sabia da necessidade de um novo acesso rodoviário ao cais santista enquanto esteve à frente do então Ministério da Infraestrutura.

A declaração de Benini ocorreu durante reunião em Santos com lideranças empresariais e autoridades locais. Participavam o CEO do Grupo Brasil Export, Fabrício Julião; o diretor-presidente da Autorida-

de Portuária de Santos, Anderson Pomini; o vice-presidente do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp), Leonardo Ribeiro; o presidente da concessionária Ecovias, Rui Klein; e o deputado estadual Paulo Mansur (PL).

Durante o encontro, o secretário estadual foi questionado sobre o projeto de uma nova rodovia ligando a Grande São Paulo ao cais santista, defendida pela grande maioria dos presentes. Sua resposta foi: “Esta não é uma prioridade”. E ainda disse que não saberia “como viabilizar financeiramente essa obra”.

Em nove meses da atual gestão, o Governo Estadual ainda não apresentou projetos definitivos sobre a nova ligação rodoviária. A futura rodovia passaria por estudos técnicos da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil) e seria encaminhada ao PPI (Programa de Parcerias em Investimentos) de São Paulo.

Entre as opções apresentadas e discutidas para uma nova ligação, está a chamada Estrada da Zona Leste (também conhecida como Via Verde ou Via Green), um novo corredor que ligará o Rodoanel Leste até a Rodovia Cônego Domênico Rangoni, com destino final à margem es-

DURANTE O ENCONTRO, O SECRETÁRIO ESTADUAL FOI QUESTIONADO SOBRE O PROJETO DE UMA NOVA RODOVIA LIGANDO A GRANDE SÃO PAULO AO CAIS SANTISTA, DEFENDIDA PELA GRANDE MAIORIA DOS PRESENTES. SUA RESPOSTA FOI: “ESTA NÃO É UMA PRIORIDADE”. E AINDA DISSE QUE NÃO SABERIA “COMO VIABILIZAR FINANCEIRAMENTE ESSA OBRA”.

querda do Porto de Santos, no município de Guarujá. Projeto esse que é defendido pelo prefeito de Suzano, Rodrigo Ashiushi (PL), pois estaria incluso uma alça de acesso do Rodoanel que atravessaria o município da Grande São Paulo.

A outra opção seria uma terceira pista da Rodovia dos Imigrantes, integrando ao Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI), trecho da concessionária Ecovias.

Possibilidade de colapso

A única via de acesso para a chegada de caminhões ao Porto de Santos é a Rodovia Anchieta, a mais antiga do Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI), que está chegando a seu limite.

Conforme números apresentados pela concessionária Ecovias e também pelo Sindicato das Empresas de Transporte Comercial de Carga do Litoral Paulista (Sindisan), pelo menos 12 mil caminhões descem pela via Anchieta por dia, com o número podendo ser diretamente afetado em razões de intercorrência na rodovia, principalmente no que diz respeito a seu trecho de serra.

Em junho, o presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, afirmou que iria pleitear junto ao Governo de São Paulo a implementação de uma terceira pista ligando o Planalto ao complexo portuário.

Segundo ele, relatórios apontam que, até 2030, pode haver um colapso na malha rodoviária da região, sobrecarregando ainda mais a Rodovia Cônego Domênico Rangoni, muito utilizada por caminhões que se dirigem ao Porto e trafegam entre Santos, Guarujá e Cubatão.

No mês de julho, durante um workshop promovido pelo

Instituto de Engenharia, que discutiu uma nova ligação do Planalto à Baixada Santista, Pomini revelou que os problemas logísticos na malha rodoviária que faz acesso ao Porto de Santos já trazem reflexos negativos, com a ‘fuga de cargas’ para outros portos.

Inauguração

Durante a manhã de quarta-feira (20), Benini, o diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp), Milton Persoli, e representantes da concessionária Ecovias inauguraram a segunda fase da remodelação da nova entrada de Santos.

De acordo com a concessionária, que foi a responsável pelas obras, agora o acesso à Cidade de Santos passa a ser feito pelas pistas centrais, enquanto o fluxo em direção ao Porto de Santos seguirá pelas pistas laterais e central norte.

Também na solenidade foi entregue a alça de acesso chamada de “Rabo do Dragão”, que dá acesso à entrada no bairro Jardim Casqueiro, no município de Cubatão.

Segundo a Artesp, as duas obras custaram cerca de R\$420 milhões.

PORTUGAL

Referência no uso do free flow, Portugal auxilia Brasil a implantar tecnologia

Pedágio eletrônico já é usado em larga escala no país lusitano

Luiz Siqueira/MT



A operacionalização e a gestão em larga escala do free flow, sistema automático de pedágio, aplicado nas estradas portuguesas foi apresentado à comitiva do Governo Federal

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

O Brasil usará a experiência de Portugal com a implantação de pedágios free flow para aprimorar sistema previsto em novas concessões rodoviárias brasileiras. A informação foi divulgada nesta quarta-feira (20) pelo ministro dos Transportes, Renan Filho, que cumpre agenda no país.

A operacionalização e a gestão em larga escala do free flow, sistema automático de pedágio, aplicado nas estradas portuguesas foi apresentado à comitiva do Governo Federal. A delegação conheceu a experiência da concessionária portuguesa Brisa Autoestradas, diretamente do centro de controle da empresa, próximo à cidade de Lisboa.

Prevista nos projetos de concessões rodoviárias sob nova modelagem desenvolvida pelo Ministério dos Transportes, a tecnologia free flow deverá ser implantada nos primeiros cinco anos de administração pela empresa vencedora do leilão. Atualmente, ela está presente, ainda em fase de testes, na Rio-

Santos, na BR-101, da concessionária CCR.

“Essa troca de experiências é muito relevante porque podemos ver o que deu certo, o que deu errado, e implantar no Brasil um modelo com mais acertos”, disse Renan.

“No momento em que lançamos nossa política de concessão, a troca com outros países que já têm uma maior curva de experiência é muito importante para avançarmos na modernização dos contratos e trazer inovações como o free flow”, continuou o ministro.

Implantar a tecnologia é uma das inovações do Governo Federal para aumentar a fluidez nas rodovias brasileiras, já que o motorista não precisa parar o veículo para pagar o pedágio, reduzindo o tempo de viagem.

Neste tipo de sistema, a placa do automóvel é identificada de forma automática e eletrônica, através de sensores e câmaras, sem necessidade de praças de pedágio. A cobrança também é feita por quilômetro rodado, o que facilita a redução das tarifas.

O free flow é visto também como uma tecnologia sustentável, pois ao evitar que o veículo freie, diminui a emissão de gases poluentes. Para o secretário-executivo da pasta, George

Santoro, a ideia é, a partir dessas referências, fortalecer o compromisso da gestão com medidas de sustentabilidade.

“Projetos de infraestrutura têm que considerar sempre o impacto que geram na vida das pessoas e no meio ambiente, levando em conta o enfrentamento das mudanças climáticas e o processo de descarbonização”, declarou.

A secretária nacional de Transporte Rodoviário, Viviane Esse avaliou que é importante sinalizar o uso do free flow nas rodovias brasileiras para que mais empresas que trabalham com essa tecnologia tenham interesse em atuar no país.

Outras ações, como o uso de carros elétricos e de energias alternativas fazem parte das iniciativas que a delegação brasileira foi ver de perto, explicou a secretária. “Vimos para saber quais dispositivos e sistemas que eles usam para identificar um veículo que teve um sinistro de trânsito ou uma pane mecânica”.

Bilateral

Antes da visita à empresa Brisa, a delegação reuniu-se com o ministro das Infraestruturas de Portugal, João Galamba, para troca de experiências técnicas,

sobretudo no que diz respeito à concessão de rodovias e mecanismos contratuais que facilitaram os processos.

O gestor português destacou que Portugal tem hoje a terceira melhor malha rodoviária da União Europeia, resultado de investimentos na capacitação dos agentes do setor público e na superação dos desafios referentes às concessões.

Renan Filho apresentou a nova política de concessões rodoviárias e ferroviárias e reforçou a necessidade de atrair investimentos para a infraestrutura brasileira, principalmente diante do crescimento da produção agrícola.

O ministro falou ainda sobre o pipeline de projetos do Governo Federal para o setor, da importância de conversar com os grandes players do mercado europeu e de atrair novas empresas de engenharia para o Brasil.

Assim como o Brasil, Portugal também trabalha em um plano nacional para expandir a malha ferroviária, e o governo se colocou à disposição do Ministério dos Transportes para troca de conhecimento e apoio técnico nesse sentido.

Nesta sexta-feira (22), o grupo apresentará a carteira de projetos de rodovias e ferrovias

IMPLANTAR A TECNOLOGIA É UMA DAS INOVAÇÕES DO GOVERNO FEDERAL PARA AUMENTAR A FLUIDEZ NAS RODOVIAS BRASILEIRAS, JÁ QUE O MOTORISTA NÃO PRECISA PARAR O VEÍCULO PARA PAGAR O PEDÁGIO, REDUZINDO O TEMPO DE VIAGEM.

a cerca de 40 grupos de diversas partes da Europa – entre fundos de investimentos, operadores, concessionárias, entidades financeiras, de representação jurídica e empresarial, no roadshow Brasil Transport Invest - Portugal.

Recentemente, a carteira de projetos foi incrementada com o Novo PAC, lançado em agosto, com oportunidades que totalizam R\$ 280 bilhões (€ 53 bi) em rodovias e ferrovias nos próximos anos.